



SEÇÃO: RESENHA

Crises da Democracia, de Adam Przeworski

Crises of Democracy, from Adam Przeworski

Laura Freitas Pedron¹orcid.org/0000-0003-2373-4085
laura.pedron@edu.pucrs.br**Recebido em:** 07 mar. 2022**Aprovado em:** 14 mar. 2022.**Publicado em:** 02 maio 2022.

Resumo: A resenha a seguir tem o objetivo de explicar os pontos principais que o autor, Adam Przeworski, aborda em seu livro *Crises na Democracia*. Nele, o renomado cientista político e membro da Academia Americana de Artes e Ciências discute e relata sobre a atual crise que as democracias estão sofrendo. O autor também propõe uma análise aprofundada das causas e dos sinais da crise. No entanto, Przeworski vai além, pois ele discute sobre as explicações para esta situação, as suas expectativas e as possíveis resoluções para esses sistemas em crise. Essa é uma discussão de extrema importância para a dinâmica da vida em sociedade no momento vigente.

Palavras-chave: Democracia. Ciência política. Política comparada. Análise de conjuntura crítica.

Abstract: The following review intends to explain the main points that the author, Adam Przeworski, approaches in his book: *Crises of Democracy*. There, the renowned politic scientist and member of the American Academic of Arts and Sciences discuss and relate about the current crisis that the democracies are suffering. The author proposes an in-depth analysis of the reasons and signals of the crisis. Although, Przeworski goes beyond, because he discusses the explanations for this situation, his expectations and the possible resolution for these systems in crisis. That is a discuss of extreme importance to the dynamic of the life in society in the current moment.

Keywords: Democracy. Politic science. Comparative politics. Critical junctures analysis.

Adam Przeworski é um cientista político, professor da Universidade de Nova York e membro da Academia Americana de Artes e Ciência. Desenvolveu sua carreira nos estudos sobre a democracia. Nesse livro recente, publicado originalmente em 2019, Przeworski discute sobre a crise da democracia, se é possível identificá-la, como fazer isso e as possíveis resoluções.

Przeworski introduz a discussão estabelecendo a definição de democracia, que ele vai trabalhar durante o texto: "democracia é um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem" (Przeworski 2029, 12). Diante deste conceito, ele define como crise a situação na qual falta algo importante para estabelecer uma democracia, como violações dos pontos de Dahl (Dahl 1997) nas eleições, rupturas no Estado, perda de confiança nas instituições, mas, principalmente, colapso da ordem pública.



¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

A crise não necessariamente significaria uma mudança para Przeworski. Ela é relativa, pois depende do contexto do Estado. Por exemplo, conflitos indicam uma crise, mas eles são essenciais para a definição de uma democracia. Como dificilmente existe uma unanimidade de pensamentos, é essencial para o sistema democrático que sejam produzidos equilíbrios. As eleições não podem ser resumidas em "tudo ou nada", já que a participação das pessoas precisa ser importante e decisiva.

Além disso, as realidades estruturais que o autor discute são significativas para compreender as crises. A ligação entre capitalismo e democracia é, como ele aponta, uma "acomodação", pois estamos falando de um sistema político de igualdade, o qual coexiste com um sistema econômico que estabelece desigualdades.

A busca de poder dentro de um sistema democrático também é uma questão importante para identificar as crises. Quando partidos lutam por uma ideologia, eles sempre pretendem adquirir e manter o poder, mas, principalmente, impedir que o poder seja do outro. O problema está nas pessoas que detêm poder, quando trabalham com as instituições para manter as suas posições. Tal comportamento pode causar rupturas na ordem pública e, em decorrência, levaria a uma crise na democracia. Perante este dilema, Przeworski estudou certos casos (Alemanha de 1928-33, Chile de 1970-73, França de 1954-62 e 1968 Estados Unidos de 1964-76) para discutir se o passado poderia ser um guia sobre como lidar com as crises no presente.

O autor analisa cada tipo de democracia, de ameaça, de sinais e os resultados das crises de cada país por ele selecionado. Uma das suas propostas era de que, caso o passado fosse um guia, deveríamos nos preocupar com as condições econômicas, a situação democrática do país e as divisões sociais. No entanto, ele aponta: "As condições não definem os resultados; as ações das pessoas nessas condições é que definem. [...] Por isso] é preciso admitir que as lições da história não são tão relevantes e que o futuro não é determinado exclusivamente pelas condições

atuais — ele é incerto" (Przeworski 2019, 44).

Assim, o autor se volta ao presente e começa a apontar os sinais, que podem alertar para crises nos sistemas democráticos. Primeiro, o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento de partidos de esquerda, o que mudou o paradigma dos votos e das eleições. Hoje, ele aponta que, se considerarmos os rótulos partidários, há uma descentralização profunda no cenário político, já que existe uma interconexão de grupos de centro-esquerda e de centro-direita mais intensa.

Isso causa uma perda de poder de partidos tradicionais e o surgimento de novas divisões no sistema partidário. O exemplo que o autor apresentou das democracias desenvolvidas foi, na França e nos Estados Unidos, a existência de "globalistas" e "nativistas" e, na Grã-Bretanha, ocorre o "modelo de duas elites" (ricos contra instruídos), um padrão que acontece globalmente.

O avanço do populismo de direita é outro sinal de que a democracia pode estar em crise. Os populistas apontam que as intuições limitavam a soberania popular. Assim, preferem rejeitar as instituições e apoiam muito mais uma democracia direta do que uma representativa. Além disso, quando um grupo populista adota um discurso antissistema, acaba por apresentar sinal de uma possível "deconsolidação" (Stefan e Mounk 2017) do sistema, já que esse posicionamento fere os princípios democráticos. O crescimento da direita radical pode ser identificado na Europa recente. Muitas pessoas migraram para extremidades, mas não para partidos tradicionais, e houve um aumento de abstenção dos eleitores do centro.

A partir desses sinais, o autor apresenta duas hipóteses para os centristas: partidos já da direita e da social-democracia teriam ido mais para a direita e, desse modo, diminuindo as diferenças entre eles. A outra é o aumento da importância de temas para além das questões sociais na política, e isso abriu espaço para pontos culturais e econômicas na política. No entanto, Przeworski não consegue concluir se essas transformações são causadas por uma insatisfação com partidos

tradicionais ou se há uma distância muito grande entre eleitores e políticos. Por fim, aponta que, é possível que o centro consiga deter a direita radical caso se adaptassem para pautas e discursos que rodeiam partidos de direita.

O último sinal é o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública. Przeworski observa que, as gerações mais novas não veem as instituições e a democracia como essencial. Este dado, contudo, não é necessariamente verdade, pois não se sabe o que essas pessoas compreendem por democracia. Os mesmos grupos apontam uma vontade por um governante capaz e forte, e isso não exclui o direito ao voto. Todavia, é preocupante o que pode acontecer a uma democracia quando seus cidadãos estão desacreditados no seu sistema e, por consequência, estão abertos a apoiar regimes autoritários. Perante a isso, essa realidade só se tornaria preocupante quando a confiança no governo, um elemento essencial para evitar uma crise no sistema democracia, não existisse na maioria das pessoas.

As possíveis causas para a crise democrática em relação ao contexto econômico são analisadas a partir de três transformações. Primeiro, o declínio da taxa de crescimento de países desenvolvidos. Segundo, o aumento da desigualdade de renda e o declínio das horas de trabalho nas indústrias. E, em terceiro lugar, queda de empregos na indústria e o aumento no setor de serviços. Essa realidade delimitou os vencedores e os perdedores dentro da crise, já que essa situação afeta as classes mais baixas, ou seja, os trabalhadores. Assim, a ruptura de classe se torna uma justificativa e um fator que causa a crise. Essas pessoas, muitos dependentes do governo, acabam "sem chão" quando sofrem da falta de regulamentação dos salários e da alta tributação, então acabam como perdedores dentro do contexto de uma crise.

Essa realidade poderia ter dois efeitos segundo Przeworski. O primeiro é a taxa de crescimento em queda com a desigualdade em alta, que causa a estagnação da renda baixa e a segunda é a descrença dos jovens em acreditar que

poderiam viver vidas melhores nesse cenário. Isso causa, conseqüentemente, transformações culturais e políticas.

A "divisão: polarização, racismo e hostilidade" também é uma das possíveis causas para a crise na democracia. O autor apresenta duas possibilidades. Pode ocorrer polarização pelos extremos, como na questão da imigração, que divide opiniões entre a livre entrada de imigrantes ou os que querem impedir essa ação. A outra é a de polarização entre pessoas alinhadas politicamente, mas que possuem pontos de vista diferentes. Como no tema da imigração, as pessoas podem decidir ser hostis com os migrantes ou não, mas, ao mesmo tempo, compartilham do mesmo posicionamento político.

Junto a esse dilema, o que distingue as pessoas e o que faz elas tomarem essas decisões pelas "epistemológicas alternativas". Esse termo se refere à pessoas em posição de poder, como investidores, que mudam seus portfólios de acordo com seus alinhamentos partidários. Isso induz a produção de respostas diante dessa "pressão" para se posicionar frente a essas formas de polarização. As divisões do país estão ligadas à sociedade, como na política. Logo, a população acredita, dissemina e movimenta o cenário para uma crise da democracia ou não.

Dessa forma, o autor propõe como necessária uma análise no nível micro de cada Estado para identificar os sinais de uma crise, já que o contexto interno, como a desigualdade no Estado, muda os resultados. Ele inicia sua conclusão com o futuro, discutindo sobre como as democracias funcionam. Primeiro, parte do princípio de que todas as sociedades entram em conflitos e as razões para esses conflitos são, em suma, assuntos que dividem a sociedade mesmo em grupos já bem estabelecidos. Um meio de lidar com esses conflitos são discursos de união por parte dos líderes, mas isso nem sempre acontece.

Nessa perspectiva, ele formula como seria possível alinhar opiniões diferentes sem acabar com a liberdade política, sendo necessário uma série de movimentos cautelosos do governo para conseguir o retrocesso em uma situação

de crise democrática. Os Estados podem, no fim, apresentar um reposta institucional ou não, mas eles têm que estar prontos para lidar com as consequências de suas escolhas, seja ela o pacifismo, que é mais eficiente em países estáveis, ou a violência.

Diante do cenário conflituoso das democracias, Przeworski propõe que as eleições são como um método de processar essas disputas. Em todas os confrontos eleitorais vai existir um lado perdedor, que pode aceitar a derrota e tentar novamente no futuro, ou pode agir contra a democracia; e um lado vencedor que, se permitirem atitudes violentas pelos perdedores, pode gerar um fator negativo para a estabilidade do governo. Diante desse dilema entre ganhadores e perdedores, o autor conclui que, as eleições são "uma interpretação das chances no conflito final" (Przeworski 2019, 84). Isso é, conseguir analisar os ganhos e as perdas, mostrar valores e interesses, mas, principalmente, "elas reduzem a violência ao revelar os limites do governo" (Przeworski 2019, 84). Perdedores não podem fazer uma rebelião sem temer a repressão e os vencedores não podem usar tanto da repressão e tirar vantagens da posição sem temer a resistência. Nas eleições não se pode ter muito a perder, pois isso causa perda de confiança nas instituições.

Conflitos dentro de uma democracia podem causar rupturas na ordem pública e agravar conflitos já existentes. A oposição tem que tomar uma decisão de ser pacífica ou chegar aos "limites institucionais". Então, o dilema para os governos diante da escolha da oposição é: manter as políticas e não aplicar a violência ou aplicar a violência e esquecer a política.

Com isso, Przeworski, Steven e Mounk propõem que as democracias fracassariam quando os eleitos ignoram as opiniões das minorias, existindo uma situação política polarizada, um governo sob risco de ruptura e uma política iliberal. Quando o sistema está sob pressão, aplicar políticas que não são benéficas para a minoria e repressão acaba tornando "a oposição em resistência". Portanto, é necessário um "ponto de equilíbrio" quando se fala do tratamento dado

às minorias.

O autor chama isso de sub-repção, que são medidas que o governo adota de maneira legal, mas que sutilmente destroem a chance de a oposição conseguir alcançar o governo e ampliar as liberdades. Democracias não possuem mecanismo para impedir esse processo, por meio de normas constitucionais. Assim, a discussão não é sobre se essas propostas violam as normas ou não, mas as intenções por trás delas. Essas medidas podem ser abertamente inconstitucionais ou podem ser atitudes abusivas. No entanto, pela falta de mecanismo para impedi-las, a sub-repção se torna um meio legal de chegar ao retrocesso da democracia.

Ao terminar o livro, Przeworski aponta que a política é incerta e coloca em questão suas conclusões. O autor propôs duas hipóteses. Na mais otimista, a superação da crise econômica, com o aumento dos salários e redução do desemprego, que pode levar a efeitos políticos, diminuindo a insatisfação com as instituições. A outra hipótese é mais "sombria". Seria impossível reverter a estagnação econômica e, mesmo que ocorra uma melhora na crise, é imprevisível a melhora nos salários.

Neste caso, as eleições apresentariam uma seleção pequena de escolhas e de candidatos, que se diferenciariam pela "incerteza dos partidos com relação a preferências individuais" (Przeworski 2019, 99), pois, em suma, os partidos têm bases muito similares. Então, o que faria a diferenciação das opiniões e escolhas dos candidatos é o "partidarismo intenso com partidos fracos", em resumo, os partidos não têm um posicionamento forte como o das pessoas.

A conclusão que Przeworski chega para a crise da democracia é que as pessoas não enxergam a mudança nos governos e nas pessoas em quem votam, então começam a acreditar que o sistema está quebrado. Apesar disso, é objetivo ao dizer que a democracia vai se manter, mesmo que não exista perspectiva de mudança em relação aos descontentamentos. Diante dessa discussão sobre a crise da democracia, Przeworski também apresenta uma visão pessimista sobre o futuro,

que a insatisfação permanecerá, mas não que, necessariamente, vá ocorrer em todos os lugares. A insatisfação e o descontentamento pode ser um meio para a mudança.

O Chile possui uma trajetória recente a que podemos fazer referência. O país foi capaz de, diante de um estado bem avançado de uma crise da democracia, criar mudanças a partir do seu "colapso da ordem pública". Os chilenos conseguiram com que uma nova constituição fosse feita para substituir a vigente, que foi criada na ditadura de Pinochet, assim como elegeram um presidente favorável a reformas importantes nas relações entre Estado e sociedade. Então, talvez seja precipitado apontar que o descontentamento não gerará uma mudança, e, ainda mais, que a memória sobre este descontentamento não seja importante. Afinal, servirá de lembrete para sistemas que parecem ser muito fixos.

Com isso, um cenário mais otimista do que o proposto por Przeworski parece também ser plausível e viável na realidade. Mas é inegável que a teoria do retrocesso e da sub-repção está presente em vários governos e que toda a discussão sobre as crises, restrições de direitos, atitudes "inconstitucionais" exista de fato no cenário político. Por fim, pode-se esperar que ações como essas consigam ser compreendidas pela população antes que cheguem em um estado preocupante de crise. Isso é muito importante para que o seguinte prognóstico do autor não defina o futuro dos regimes democráticos: "[a] conclusão só pode ser que muita gente não liga a mínima para a democracia, ou não percebe as consequências de longo prazo quando vota ou participa de pesquisas."(Przeworski 2019, 94).

Referências

Przeworski, Adam. 2019. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Dahl, Robert. *Poliarquia*. 1997. São Paulo: Edusp.

Stefan, Roberto, e Yascha Mounk. 2017. Os sinais da desconsolidação. *Journal of Democracy* 28 (1): 1-16.

Laura Freitas Pedron

Bacharelada em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Bolsista de Iniciação Científica PUCRS/BPA vinculada ao projeto Representação programática e inclusão política de gênero, raça e classe na América Latina.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.